

“**Repúblicação**” das Demonstrações Financeiras publicadas em 19 de abril de 2023, recomendada pelo Banco Central, através da Súmula nº 06602.AD001, visando a reapresentação adequada dos itens patrimoniais e resultado, referente aos valores da Linha Pro renda alocados indevidamente aos outros créditos, outras obrigações e receitas de operações do período.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que são registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

B.2.) As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

B.3.) As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

C) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem valores em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	213	52
Cotas de Fundo de Investimento - Até 90 dias	41.617	46.562
Total	41.830	46.614

d) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa. Em cumprimento ao estabelecido no inciso V, do art. 3º, da Resolução nº 2.828/01, com a redação dada pela Resolução nº 3.834/10, do Conselho Monetário Nacional, a Agência de Fomento de Alagoas S/A aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo administrador.

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Agência de Fomento de Alagoas S/A, que é a de mantê-los até o vencimento, e não são ajustados pelo valor de mercado.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários são apropriados observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

f) Direitos e Obrigações

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização e as obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidades, estes últimos atualizados até a data do balanço.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

Não são apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, a qual requer uma análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “A” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), bem como classificação das operações com atraso superior a 15 dias, como operações de curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas contra a provisão, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Estimativa com Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

A estimativa com perdas para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração às normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito, obedecidas às determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nºs 2.682/99 e 2.697/00, ambas do CMN.

Faça à característica do crédito concedido e o grau de inadimplência da carteira, a Agência optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

i) Imobilizado em Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo:

- Móveis e utensílios e equipamentos – 10% ao ano;
- Sistemas de comunicação (equipamentos de comunicação) – 10% ao ano;
- Sistemas de processamento de dados (equipamentos de informática) – 20% ao ano; e
- Sistemas de Transporte – 20% ao ano.

j) Ativo Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade.

Os ativos intangíveis existentes possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos de softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 25% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Quando aplicável, os gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo, quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

k) Redução do Valor Recuperável (Impairment)

Ao final do período a Agência de Fomento de Alagoas S/A avaliou seus ativos para verificar se houve alguma indicação de perda significativa no seu valor recuperável, tendo a Administração avaliado e concluído que não houve necessidade dessa provisão.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Agência de Fomento de Alagoas S/A está sujeita ao regime de tributação com base no lucro real e reconhece a provisão para imposto de renda mensalmente pelo regime de competência à alíquota de 15% mais adicional de 10%, este último quando aplicável. A contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

Conforme faculta a legislação tributária, a Agência de Fomento de Alagoas S/A, optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa do resultado, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

m) PIS e COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidente sobre o faturamento permitindo-se à dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

n) Subvenção Governamental

A subvenção governamental recebida do Governo do Estado de Alagoas é destinada a compensação de despesas da Agência de Fomento de Alagoas S/A, sendo reconhecida como receita ao longo do período necessário e confrontada com as despesas que pretende compensar.

o) Utilização de Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as estimativas para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

p) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do CMN, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas, e

Obrigações Legais: provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

De acordo com a Assessoria Jurídica da Agência de Fomento de Alagoas S/A houve necessidade de realizar provisão de contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, face ao exposto neste item.

q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

Cotas de Fundo de Investimento - CP	31/12/2022	31/12/2021
Fundo BB - SP	11.618	14.217
Caixa Institucional Títulos Públicos - Renda Fixa	-	7.267
Caixa Safira Corporativo RF LP	29.784	24.886
Caixa FIC Sigma Ref DI Procap	216	192
Subtotal - Curto Prazo	41.617	46.562
Títulos Mantidos até o Vencimento - LP		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B	3.531	3.133
Subtotal - Longo Prazo	3.531	3.133
TOTAL Títulos e Valores Mobiliários	45.147	49.695

As cotas e rendimentos dos títulos e valores mobiliários estão dispostos da seguinte forma:

Cotas de Fundo de Renda Fixa - 2022	R\$ (em mil)	Rentabilidade % (12 meses)	Cotas
Caixa FIC Sigma RF DI - 61-9	216	12,52%	66.876
Fundo FI Caixa Safira Corporativo RF LP CTA 48-1	29.783	12,52%	9.237.305
Fundo BB Absoluto SP CTA- 6549-8	479	11,52%	92.451
S Público Diferencia - Cta 7980-4	10.830	11,82%	714.130
S Público Diferencia - Cta 7053-X	6	10,95%	695
S Público Soberano - Cta 7451-9	302	10,41%	106
S Público Automático - Cta 8825-0	1	4,19%	270
L.F.T. - Cta 8758-0	3.531	12,37%	3.059.902
TOTAL DE COTAS DE TVM	45.147		

Cotas de Fundo de Renda Fixa - 2021	R\$ (em mil)	Rentabilidade % (12 meses)	Cotas
Caixa FIC Sigma RF DI - 61-9	192	4,15%	72
Fundo Caixa Insti. Tit. Pub. C 48-1	7.267	4,03%	2.577
Fundo FI Caixa Safira Corporativo RF LP CTA 48-1	24.886	4,47%	6.635
Fundo BB Absoluto SP CTA- 6549-8	1.091	3,79%	235
Fundo BB RF - 7683-X	530	3,79%	114
S Público Diferencia - Cta 7980-4	12.343	3,79%	2.659
S Público Diferencia - Cta 7053-X	6	3,28%	0
S Público Soberano - Cta 7451-9	243	2,77%	95
S Público Automático - Cta 8825-0	4	2,51%	0
L.F.T. - Cta 8758-0	3.133	4,39%	3.029
TOTAL DE COTAS DE TVM	49.695		

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e lastreados em títulos públicos federais. As Letras Financeiras do Tesouro possuem vencimento em 01/03/2027, pós-fixadas com rentabilidade diária indexada ao CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a Agência de Fomento de Alagoas S/A não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2022 estavam assim compostas:

a) Composição da Carteira por Tipo

Setor Privado	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos - Recursos Próprios	26.052	29.372
Empréstimos e Financiamentos	31.685	30.952
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(5.633)	(1.580)
Empréstimos - Repasses	7.556	10.559
FINEP	10.743	12.814
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(3.188)	(2.256)
Total da Carteira	33.607	39.931
Circulante	11.918	11.680
Empréstimos	12.544	8.435
Financiamentos	4.993	4.782
(-) Provisão - Estimativa de Perdas - Circulante	(5.619)	(1.537)
Não Circulante	21.689	28.251
Empréstimos	18.149	21.246
Financiamentos	6.742	9.304
(-) Provisão - Estimativa de Perdas - Não Circulante	(3.202)	(2.299)
Total da Carteira	33.607	39.931

b) Composição da Carteira por Setor de Atividade

Setor Privado	31/12/2022	31/12/2021
Indústria	3.928	2.663
Comércio	11.641	11.486
Outros Serviços	25.913	28.556
Rural	946	1.062
Total	42.428	43.767
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(8.821)	(3.836)
Total	33.607	39.931

c) Composição da Carteira por Vencimento

Vincendas	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	3.094	2.050
De 31 a 60 dias	1.240	780
De 61 a 90 dias	1.246	876
De 91 a 120 dias	1.306	971
De 121 a 150 dias	1.329	1.051
De 151 a 180 dias	1.343	1.093
Acima de 180 dias	32.870	36.946
Total	42.428	43.767
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(8.821)	(3.836)
Total	33.607	39.931

d) Composição da Carteira por Nível de Risco

Classificação de Risco	Provisão %	31/12/2022			31/12/2021		
		Valor das Operações	% de Part.	Valor da Provisão	Valor das Operações	% de Part.	Valor da Provisão
A	0,5	17.526	41,31%	(88)	18.979	43,36%	(95)
B	1	10.431	24,58%	(104)	15.299	34,96%	(153)
C	3	3.477	8,19%	(104)	4.001	9,14%	(120)
D	10	1.691	3,99%	(169)	1.751	4,00%	(175)
E	30	725	1,71%	(217)	371	0,85%	(111)
F	50	591	1,39%	(295)	142	0,32%	(71)
G	70	479	1,13%	(336)	377	0,86%	(264)
H	100	7.508	17,70%	(7.508)	2.847	6,50%	(2.847)
Total		42.428	100%	(8.821)	43.767	100%	(3.836)
Provisão		(8.821)	(20,79)		(3.836)	(8,76)	
Total		33.607	79,21%		39.931	91,24%	

e) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Maior	990	2,33%	1.483	3,39%
5 maiores seguintes	1.925	4,53%	1.517	3,47%
10 maiores seguintes	255	0,60%	295	0,67%
15 maiores seguintes	231	0,55%	271	0,62%
20 maiores seguintes	221	0,52%	267	0,61%
30 maiores seguintes	426	1,01%	527	1,20%
Demais	38.380	90,46%	39.407	90,04%
Total	42.428	100,00%	43.767	100,00%
(-) Provisão - Estimativa com Perdas	(8.821)	(20,79)	(3.836)	(8,76)
Total	33.607	79,21%	39.931	91,24%

A carteira de crédito em 31 de dezembro de 2022 apresentou o valor de R\$ 33.607 mil, tendo uma diminuição de 15,835% em comparação ao período anterior.

f) Estimativa com Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa – Operações de Crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no Início do Período	3.836	5.358
Provisão Constituída	7.247	1.901
(-) Reversão da Provisão	(1.085)	(1.012)
Total da Provisão Líquida no Exercício	9.998	6.247
Créditos Baixados para Prejuízo	(1.177)	(2.411)
Saldo Final do Período	8.821	3.836

A estimativa com perdas para operações de crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2022 indicou 20,79% da carteira de crédito, contra os 8,76% em 31 de dezembro de 2021.

6. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

No subgrupo Outros Créditos são registrados os valores a receber do Governo do Estado de Alagoas a título de subvenção governamental, que estão provisionados, e adiantamentos. Já no subgrupo Outros Valores e Bens estão registrados os valores dos bens em estoque e as despesas antecipadas, como exposto no quadro a seguir.

	31/12/2022	31/12/2021
Outros Créditos	3.487	1.110
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36	23
Adiant. p/Pago. De nossa Conta - Repasses a clientes	402	504
Impostos e Contribuições a Compensar (a)	651	583
Devedores (b)	2.398	-
Outros Valores e Bens	11	11
Material em Estoque	11	10
Despesas Antecipadas	-	1
TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS E VALORES E BENS	3.498	1.121
Circulante	1.100	1.121
Outros Créditos	1.090	1.110
Outros Valores e Bens	11	11
Não Circulante	2.398	-
Outros Créditos	2.398	-
TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS E VALORES E BENS	3.498	1.121

a) No exercício findo em 31/12/2022, há o registro no montante de R\$ 548 mil referente ao imposto a recuperar incidido sobre as Letras Financeiras do Tesouro – LFT resgatadas no exercício social de 2020, tratando-se do percentual de 15% sobre o rendimento auferido na aplicação.

Os outros R\$ 103 mil de variação nos impostos a recuperar decorrem da atualização financeira do saldo a recuperar, conforme Instrução Normativa nº 1.717/2017 da RFB